

Deputados cobram atitude enérgica

Brasília — “Uma atitude viril contra essa campanha de desmoralização que chega agora a seu ponto mais alto, a seu climax”, cobrou o Deputado Arthur Virgílio Neto (PMDB-AM), aos gritos às 16h, puxando a série de pronunciamentos em plenário que se prolongaram até a noite e que apontavam principalmente uma vilã: a imprensa.

A sessão, àquela hora, era presidida pelo Deputado Eptácio Cafeteira (PMDB-AM) e o tumulto e a indignação só cederam lugar quando o presidente da casa, Ulysses Guimarães, entrou em plenário para ler a nota de desagravo, sob um profundo silêncio. Eram cerca de 17h e Ulysses acabava de chegar da última de duas reuniões da Mesa da Câmara para tratar especificamente do assunto.

Segundo Arthur Virgílio Neto, o dono do **Jornal de Brasília** era “um deputado faltoso, relapso nos seus trabalhos, e que, se o regimento fosse cumprido, já teria perdido o mandato”. Referia-se ao colega Jaime Câmara (PDS-GO).

Virgílio disse, ainda, que foi ao local onde o circo estava instalado e descobriu que estava muito mais próximo, em outro ângulo, do prédio do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), do que do Congresso Nacional. “E isto o jornal não notou”, disse ele, sob aplausos gerais, que Cafeteira tentou interromper, para comunicar que Ulysses estava naquele minuto reunido para redigir a nota de protesto.

Nem pôde terminar a comunicação, pois Hugo Mardini, na liderança do PDS, protestou contra a forma de reação. Segundo ele, uma nota era muito pouco diante da gravidade da situação e sugeriu uma cadeia de rádio e televisão para que a atuação e a importância do Congresso fossem devidamente esclarecidas à Nação — a fórmula finalmente aceita.

Reação

Fora do plenário já circulava informalmente a versão de que Ulysses balançava entre a nota e uma outra forma mais enérgica de reação: um processo judicial contra o jornal.

Mas nem nas reuniões da Mesa nem nos discursos a idéia prosperou. Depois de Mardini, falou, exaltado, o Deputado Amaral Neto (PDS-RJ), lembrando que, em 1966, quem invadiu o Congresso foi o General Meira Mattos.

— Mas hoje, não é o poder militar nem a força. É coisa muito pior. É a aniquilação da força desta casa, por uma imprensa cujo dono é um deputado. O circo tem como palhaço o próprio diretor — disse.

O secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz (MS), estava sentado à uma das mesas do salão de café da Câmara quando soube que Ulysses falaria da tribuna. Saiu correndo e ainda encontrou, na porta do plenário, o também pefelista Francisco Benjamin (BA), que chegava da comissão de relações exteriores. No Senado, instalado no extremo oposto do Congresso, havia bem menos movimento. Ao mesmo tempo que Ulysses, o seu presidente, Senador José Fragelli, leu a nota de desagravo e comunicou a requisição da cadeia de rádio e televisão. Apenas dois senadores, contudo, engrossaram o ácido coro que vinha da Câmara: Itamar Franco e Fábio Lucena, ambos do PMDB.

Franco disse que o Congresso “foi o bastião da resistência na época da ditadura e, por isso, tem que ser preservado”; Lucena disse que tudo não passava de uma manobra das multinacionais para abocanhar as vagas dos atuais congressistas nas eleições de 1986. Na Câmara, as discussões prosseguiram e falaram sobre o assunto, ainda, os deputados José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), Alberto Goldman (PCB-SP), José Eudes (PT-RJ) e Sérgio Lombra (líder do PDT na ocasião).

Segundo Eudes, “os grupos econômicos estão por trás disso”; para Lombra, os culpados são “os órgãos de comunicação, que locupletam-se com recursos públicos e serviram à ditadura”; para Moraes, “há uma guerra violenta para destruir a paz social”; para Goldman, “estão apenas olhando os casos isolados e não o papel do Congresso como um todo”.